



Sábado

22-12-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 1668

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/46 a 48

Fuga ao fisco na Estoril Sol
Fraude escondeu 4 milhões
de euros de impostos por pagar

Sábado

22-12-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 1668

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/46 a 48

Portugal



As despesas com um espectáculo de Roberto Carlos no Casino Estoril constam no processo-crime

TIAGO SOUSA DIÁSCORA

ESTORIL SOL. FOI PAGA FACTURA DE 4 MILHÕES DE EUROS DE IMPOSTOS ATRASADOS

A ROLETA DA FRAUDE

O esquema incluía *offshores* e pagamentos em *cash* a bailarinas e agentes de jogadores dos casinos. E talvez até a Roberto Carlos e Fafá de Belém. Por **António José Vilela**

Instalações do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), em Lisboa, 12 de Janeiro de 2009. Eram 10h15 quando o director financeiro da Estoril Sol, SA, começou a responder às perguntas do procurador Rosário Teixeira e do inspector tributário Pedro Cardigos, os responsáveis por mais uma investigação do caso Furacão. Desta vez, a atenção do Ministério Público (MP) e da Autoridade Tributária (AT) estava centrada nos alegados esquemas de fuga ao fisco montados pelas consultoras IFS/ISM, com sedes no distrito de Lisboa e na Madeira.

Ao fim de quatro horas de inquirição, José Carvalho, 61 anos, confirmou quase tudo o que as autoridades já sabiam e disse ainda mais: o grupo empresarial português tinha usado durante vários anos dois circuitos para fugir ao fisco nos pagamentos – muitos deles em dinheiro

2007 O início

O procurador Rosário Teixeira concluiu em Outubro passado mais um processo do caso Furacão

AUTORIDADES JUDICIAIS ENCONTRARAM FACTURAS FICTÍCIAS DE 15 MILHÕES DE EUROS

vivo – a artistas que haviam participado em espectáculos nos casinos do Estoril e da Póvoa.

Tudo teria começado nos anos 90 com a intermediação da Associated Artist Promotions (AAP), uma entidade com sede no Reino Unido e alegadamente gerida por "Helena D'Argent", que morava em Paris e em Lisboa. O director financeiro garantiu a Rosário Teixeira que não sabia como tinha surgido exactamente a AAP, mas explicou que, após começar a trabalhar em 1992 na Estoril Sol, fora ele que passara a receber as facturas da AAP destinadas a pagar aos artistas que actuavam nos casinos.

Posteriormente, o mesmo procedimento também foi usado para pagar a vários recrutadores de grandes jogadores que eram convencidos a apostar forte nos jogos de sorte e azar do casino. Tais jogadores compravam antecipadamente "fichas

não rebatíveis", isto é, estavam obrigados a gastar em jogo todo o montante inicial combinado. Em compensação, o casino pagava-lhes as despesas de viagem, estadia e alimentação, além de uma comissão ao agente do jogador. Antes de esta prática ter entrado em decadência, estes apostadores chegaram a ser responsáveis por mais de 10 por cento do volume de negócios do jogo tradicional destes casinos.

Buscas apanham documentos

Na Estoril Sol, o circuito destes pagamentos que iludiam o fisco processava-se assim: as facturas chegavam à empresa e José Carvalho encaminhava-as para a administração para que fossem autorizados os pagamentos. Uma parte do dinheiro era então transferida para uma conta bancária no estrangeiro – o director financeiro disse que não se lembrava se isso se proces-


sava em Paris ou em Londres – e outra parte, já em numerário, era entregue aos “agentes” dos jogadores ou destinava-se “aos pagamentos quotidianos exigidos pelos artistas”, conforme é relatado no auto de inquirição que a **SÁBADO** foi autorizada a consultar pelo MP no processo-crime.

Na prática, existia uma fuga ao fisco com conhecimento de quem mandava na Estoril Sol, apesar de os representantes da empresa reiterarem aos investigadores judiciais que também a empresa tinha sido empurrada para aquela situação, sobretudo devido às exigências de pagamentos em *cash* pelos artistas estrangeiros.

Cerca de um mês antes das declarações do director financeiro, as autoridades já tinham questionado dois dos administradores do grupo, Mário Assis Ferreira e Vasco Fraga (este último foi então constituído arguido), que também falaram abertamente do assunto. Assis Ferreira chegou a dizer que a ideia de usar a AAP fora de um colega da administração entretanto falecido – o mesmo que teria dado o passo seguinte na implementação de um esquema mais complexo, que passou a ser usado a partir de 2001.

“A AAP funcionava de forma deficiente, atrasando os pagamentos e apresentando custos excessivos e não explicados”, justificou ao MP Assis Ferreira. A solução centrou-se então no uso de duas empresas nacionais intermediárias, a Espge – Espectáculos e a Espge II – Espectáculos, com ligações à Estoril Sol e a duas entidades sediadas no Reino Unido: a Promax e a S&T Services Trading. Com contas bancárias na Suíça, entre outros países, estas últimas sociedades tinham sido criadas pelas consultoras IFS/ISM para, precisamente, justificar de forma fictícia muitos destes gastos da Estoril Sol.

O MP conseguiu assim detectar que, entre 2001 e 2004, foram passadas facturas avaliadas em mais de 15 milhões de euros e que algumas legitimavam os tais pagamentos em dinheiro vivo.

Nas 21 buscas feitas em Julho 

Portugal

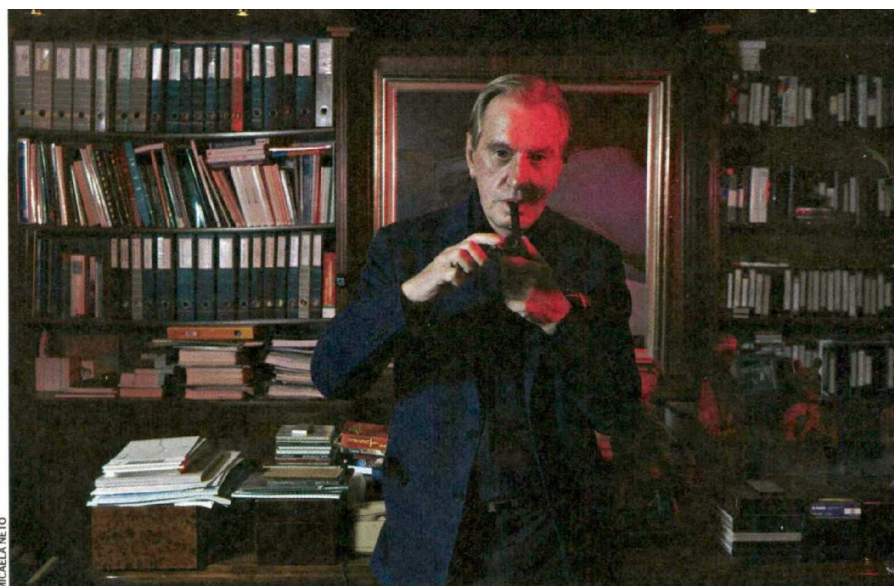
De 2008 ao grupo Estoril Sol e a outras empresas ligadas ao esquema (as residências de vários administradores da empresa também foram alvo de busca), as autoridades recolheram inúmera documentação sobre os custos de vários espectáculos organizados pelos casinos do Estoril e da Póvoa. Num deles surgem referidos gastos de mais de 250 mil euros com "galas" que tiveram a participação (o documento em causa não indica a data) dos cantores brasileiros Roberto Carlos e Fafá de Belém. Mas também custos de 50 mil euros associados a um espectáculo da revista *Egoísta* (propriedade da Estoril Sol) e de Bobby McFerrin, cantor que ficou conhecido pelo tema *Don't Worry, Be Happy*.

Estes dados foram incluídos pelo MP no processo principal (a **SÁBADO** não foi autorizada a consultar os apensos com documentação financeira), mas não foi feita uma associação, concreta e directa, com a fuga aos impostos. O MP limitou-se a dizer que houve dinheiro desviado das contas do fisco português para dezenas de entidades localizadas em paraísos fiscais, que serão "propriedade de artistas". Uma situação que o então director financeiro da Estoril Sol admitiu ser verdadeira, chegando até a dizer que era assim que teriam sido feitos pagamentos a artistas e cozinheiros chineses que trabalhavam nos casinos.

Os milhões desviados

No gabinete de José Carvalho os investigadores encontraram ainda uma lista com siglas seguidas de montantes de pagamentos de honorários e outras despesas, inclusive a uma ex-bailarina que estaria encarregada de fazer alguns pagamentos. Neste caso, o documento refere 277.698 euros de gastos.

Depois de detectada no esquema, a Estoril Sol pagou uma factura de quase 4 milhões de euros (a Sociedade Portuguesa de Bingos, ex-Estoril Sol, liquidou ainda 247 mil euros) para não correr o risco de o grupo e os seus administradores serem acusados de fraude fiscal qualificada.



Sem dinheiro
Investigadores não foram à Madeira inquirir suspeitos

O paradoxo é evidente: apesar de estarem a recolher milhões de euros de impostos em atraso, os dois procuradores do processo e o inspector Pedro Cardigos não tiveram sequer autorização superior para se deslocarem ao Funchal, em 2013, para inquirir testemunhas e para interrogar dois dos principais suspeitos.

Logo numa reunião de urgência realizada a 5 de Dezembro de 2008, poucos dias antes das inquirições dos dois administradores), a empresa já tinha mandatado o seu responsável financeiro para "aprovar a liquidação e pagamento de qualquer passivo fiscal já apurado ou a apurar", conforme se lê na acta nº 43, incluída no inquérito-crime.

1 O administrador Assis Ferreira confirmou que houve artistas pagos em numerário no casino Estoril

2 Ministério Público apreendeu as despesas da Estoril Sol com um dos espectáculos da cantora brasileira Fafá de Belém

BUSCAS APREENDE- RAM DOCUMENTOS COM SIGLAS SEGUIDOS DE MILHARES DE EUROS PAGOS

No processo da operação Furacão que visou a Estoril Sol e dezenas de outras empresas, o MP detectou que no centro do alegado esquema da fraude estavam vários altos quadros que tinham trabalhado durante anos na área da gestão de fortunas do Millennium bcp. Um deles foi Pedro Ferreira António, o responsável pela Espge e Espge II e um dos sócios da Multimanagers e da Portfólio, duas sociedades gestoras de fortunas que a AT chegou a ligar aos esquemas montados pelas consultoras IFS/ISM.

Pedro António foi constituído arguido e a Espge teve de pagar quase 1 milhão de euros para se livrar do processo judicial. No interrogatório de 30 de Outubro de 2008, o suspeito confirmou que eram feitos muitos pagamentos em dinheiro e que o esquema teria sido montado pelas consultoras de João Ulrich, um ex-colega que trabalhara no BCP. Para o MP, este é o principal cérebro dos esquemas de fuga ao fisco das consultoras IFS/ISM, entretanto encerradas. A 19 de Outubro, o DCIAP acusou Ulrich de 55 crimes de fraude fiscal qualificada.

Outros responsáveis das IFS/ISM, como Frederico Arouca, Jaime Ferreira e Luís Viana (este ligado também a outro processo-crime que visa dinheiro angolano entrado em Portugal, incluindo vários milhões de euros de Álvaro Sobrinho) também foram acusados do mesmo número de crimes. Segundo o MP, todos são responsáveis por um prejuízo fiscal de 25 milhões de euros. **Q**

